

...continuação

**BIOMETANO SÃO LEOPOLDO S.A.** - (Em processo de constituição) - **ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE POR AÇÕES BIOMETANO SÃO LEOPOLDO S.A.**

períodos menores e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, observadas as disposições legais aplicáveis, mediante solicitação e aprovação de acionistas que representem mais de 85% (oitenta e cinco) por cento do capital social da Companhia com direito a voto. **Parágrafo Quarto** - Por deliberação da Assembleia Geral, de mais de 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social da Companhia com direito a voto, poderão ser pagos juros sobre capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor dos dividendos obrigatórios, com base na legislação aplicável. **Parágrafo Quinto** - Salvo deliberação em contrato pela Assembleia Geral, os dividendos serão pagos no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da deliberação nesse sentido. **CAPÍTULO VII - LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA: Cláusula 28** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal para o período de liquidação. **CAPÍTULO VIII - DO JUÍZO ARBITRAL: Cláusula 29** - Este Estatuto Social será registro por e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, a qual também deve ser a lei aplicável na arbitragem aqui prevista. **Cláusula 30** - Todas as questões relativas à interpretação e ao descumprimento das obrigações previstas em Lei e neste Estatuto Social serão submetidas à arbitragem de acordo com as regras de arbitragem para decisão definitiva do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC") (a "Câmara Arbitral"), em procedimento a ser administrado pela mesma Câmara Arbitral. **Parágrafo Primeiro** - Caso as regras procedimentais da Câmara Arbitral sejam silentes em qualquer aspecto procedimental, tais regras serão suplementadas pelas disposições da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil. **Parágrafo Segundo** - O Tribunal Arbitral será formado por 03 (três) árbitros, sendo um nomeado pela parte que iniciar o procedimento, outro pela(s) parte(s) contra quem o procedimento for iniciado, e o terceiro, que atuará como Presidente do Tribunal, será nomeado em conjunto pelos árbitros indicados pelas partes. Na hipótese de os árbitros indicados pelas partes não chegarem a um consenso quanto ao terceiro árbitro no prazo de 10 (dez) dias contados da data da nomeação do último árbitro, o terceiro árbitro, que servirá como Presidente, será indicado pela Câmara Arbitral, no prazo máximo de 10 (dez) dias da data em que se verificar o impasse. **Parágrafo Terceiro** - A arbitragem será realizada no município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, em portu-

guês, e o procedimento, assim como os documentos e as informações levados à arbitragem, estarão sujeitos ao sigilo. **Parágrafo Quarto** - Cada parte arcará com seus respectivos custos e honorários de advogados contratados para defesa de seus interesses na arbitragem. No entanto, os honorários dos árbitros e as demais despesas processuais correrão por conta da(s) parte(s) sucumbente(s) ou, se a decisão for parcial, favorecendo ambas as partes, na proporção do favorcimento. **Parágrafo Quinto** - A sentença arbitral será considerada final e definitiva, obrigando as partes, as quais renunciaram expressamente a qualquer recurso. Não obstante, cada sócio se reserva o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de (a) assegurar a instituição da arbitragem, (b) obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à instituição da arbitragem, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à arbitragem como o único meio de solução de conflitos escolhido pelos sócios, e (c) executar qualquer decisão do Tribunal Arbitral, inclusive, mas não exclusivamente, da sentença arbitral. Após a instalação do tribunal arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral, que poderá valer-se do disposto no artigo 22, §4º, da Lei nº 9.307/96. Na hipótese de os sócios recorrerem ao Poder Judiciário, o Foro da Capital do Estado do Rio Grande do Sul será o competente para conhecer de qualquer procedimento judicial. **CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Cláusula 31** - A Companhia obriga-se a cumprir todas e quaisquer disposições do Acordo de Acionistas durante todo o período de sua vigência. A Companhia não registrará, consentirá ou ratificará qualquer voto ou aprovação da(s) acionista(s), ou de qualquer Diretor ou administrador, ou realizará ou deixará de realizar qualquer ato que viole ou que seja incompatível com as disposições do Acordo de Acionistas ou que, de qualquer forma, possa prejudicar os direitos da(s) acionista(s) sob o Acordo de Acionistas. **Cláusula 32** - Nos termos do artigo 118, §8º da LSA, o Presidente das Assembleias Gerais, bem como os membros da Diretoria da Companhia não deverão computar nenhum voto proferido em desacordo com as disposições do Acordo de Acionistas, observando-se o previsto no artigo 118, §9º da LSA no caso de não comparecimento ou abstenção de voto em deliberações das Assembleias Gerais. **Cláusula 33** - Os casos omissos neste estatuto social serão regulados pela LSA e demais normas legais pertinentes. **Mesa: Ciro Cambi Gouveia** - Presidente da Mesa, **Roberto de Rocha Miranda de Faria** - Secretário da Mesa. **Visto do Advogado:** Petra Johanna Campos Lauterbach - OAB/SP nº 374.532

# NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Departamento comercial	(51) 3213 1333
Atendimento ao assinante	(51) 3213 1300
Vendas de assinaturas	(51) 3213 1326
Redação	(51) 3213 1362

## Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS